

Diretor promete reabrir clínica da morte em PE

Recife - O diretor administrativo do Instituto de Doenças Renais (IDR) de Caruaru, Bráulio Coelho, anunciou ontem que vai pedir o credenciamento da clínica perante o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, a clínica está em condições de funcionamento, precisando apenas de uma pintura. Ele não vai requerer, entretanto, indenização pelo período em que ela foi mantida fechada.

Destaca que nenhuma das acusações de irregularidade foram comprovadas e está convicto de que a clínica não ficará estigmatizada. Se reaberto, ele garante que o IDR terá de volta os antigos pacientes. Para o secretário estadual de Saúde, Jarbas Barbosa, que descredenciou o IDR no dia 2, isto não passa de um artifício de defesa da clínica. Ele frisa ter havido uma quebra de confiança do SUS em relação ao IDR, quando a sua direção só informou à Secretaria o que ocorria com a hemodiálise, quando 12 pessoas já haviam morrido, e mesmo assim, omitindo tais óbitos.

Segundo o advogado do IDR, Gilberto Marques, o Instituto não assume nenhuma responsabilidade penal ou civil pelo que considera "um acidente trágico e fatal", que intoxicou os pacientes que se submetiam a hemodiálise, levando à morte 36 dos 40 doentes renais que morreram desde 20 de fevereiro.

Para Marques, a responsabilidade

de pela contaminação da água é unicamente do governo do Estado, "a quem cabe tratar da água". Jarbas Barbosa retruca que o Estado se responsabiliza pela água pós-tratada e não pela água pré-tratada, como era utilizada pelo IDR. Marques replica que o Estado deve se responsabilizar pelo que vende. "E a Compesa (Companhia Estadual de Abastecimento) vendia esta água, tenho todos os recibos", destaca.

A guerra de acusações entre o governo do Estado e a direção do IDR se acirrou no sábado, quando o governador Miguel Arraes disse que toda a culpa pela contaminação era do IDR e que havia recomendado o pedido de prisão provisória dos seus proprietários, Bráulio Coelho e Antonio Bezerra Filho, ao secretário de Segurança Pública. Arraes eximiu o Estado de qualquer responsabilidade ou culpa no episódio.

Ontem pela manhã, os diretores do IDR acompanharam o advogado Gilberto Marques, que entregou, na Secretaria de Segurança Pública, uma petição para que os seus clientes sejam avisados imediatamente em caso de pedido de prisão provisória. Garantiu, também, que nenhum deles pretende fugir.

O secretário de Segurança Pública, Antonio Moraes, explicou que não se pode pedir prisão provisória sem o inquérito policial estar concluído.